

10 — O resultado do procedimento concursal será publicitado em local apropriado das instalações da Escola sede do Agrupamento e na página eletrónica do Agrupamento, após homologação pelo diretor-geral da Administração Escolar, sendo o candidato eleito, posteriormente, notificado.

11 — Este aviso de abertura não dispensa a leitura do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

23 de março de 2017. — O Presidente do Conselho Geral, *Rui Manuel Costa Coelho*.

310380185

Agrupamento de Escolas D. João II, Sintra

Aviso (extrato) n.º 4126/2017

1 — Nos termos do disposto nos artigos 21.º, 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto o procedimento concursal para provimento do lugar de Diretor do Agrupamento de Escolas D. João II, Sintra, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 — Os requisitos de admissão são os estipulados nos pontos 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho.

3 — A formalização da candidatura é efetuada através da apresentação de um requerimento de candidatura a concurso, em modelo próprio, disponibilizado na página eletrónica do Agrupamento (<http://www.aedj2.pt>) e nos Serviços de Administração Escolar da escola sede.

4 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado da seguinte documentação:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado, onde constem todas as informações consideradas pertinentes para o efeito e acompanhado de provas documentais, autenticadas, que serão dispensadas para os docentes em serviço no Agrupamento;

b) Projeto de Intervenção no Agrupamento de Escolas, em suporte de papel, com páginas numeradas e rubricadas e no final datado e assinado, contendo identificação de problemas, definição de metas e as grandes linhas de orientação da sua ação, assim como a explicitação do plano estratégico a desenvolver ao longo do mandato. O Projeto de Intervenção referido na presente alínea não deverá exceder as 20 páginas, tamanho A4, tipo de letra “Trebuchet MS”, tamanho 11, espaçamento 1,5, sem anexos e sem apêndices, não sendo toleradas alterações face a estas regras;

c) Declaração autenticada do serviço de origem onde conste a categoria, o vínculo, o escalão e o tempo de serviço;

d) Fotocópia de documento comprovativo da qualificação para o exercício das funções de administração e gestão escolar;

e) Fotocópia do documento comprovativo das habilitações académicas;

f) Fotocópia, se autorizada pelo candidato, do Bilhete de Identidade/ Cartão de Cidadão e do Cartão de Contribuinte se não possuir Cartão de Cidadão. Se a autorização não for dada, os Serviços de Administração Escolar tomarão nota dos dados necessários presentes nessa documentação e conferirão a autenticidade dos mesmos.

5 — Os métodos utilizados para avaliação das candidaturas e os critérios a aplicar constam de Regulamento, podendo ser consultado nos Serviços de Administração Escolar e/ou na página eletrónica do Agrupamento.

6 — A lista de candidatos admitidos e excluídos do processo concursal será tornada pública, nos dez dias úteis a contar do fim do prazo limite de entrega das candidaturas, e será publicitada nos locais de informação da escola sede do agrupamento e na página eletrónica da mesma (<http://www.aedj2.pt>) constituindo esta a forma de notificação dos candidatos.

21 de março de 2017. — A Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas D. João II, Sintra, *Maria do Céu Vieira da Silva*.

310398354

Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, Seia

Aviso n.º 4127/2017

Mapa de Pessoal Docente 2015/2016 — Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo

O Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, Seia, nos termos do ponto 13.º do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23/05, que altera e republica a Lei n.º 132/2012, de 27/06, homologou os Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo (CTFPTR), referentes ao ano letivo de 2015/2016 celebrados nos termos do da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e decorrente do procedimento concursal previsto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 146/2013, de 22 de outubro, pela Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 36/2014, publicada no *Diário da República 1.ª série*, n.º 13, de 22 de julho de 2014, dos Docentes/Técnicas Especiais (D/TE) abaixo indicados:

Nome	Grupo de D/TE	CTFPTR				Posição Remuneratória	
		Certo	Incerto	Início	Término	Esc.	Índ.
Adriano de Jesus Pereira	620	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Alexandra Sofia da Cunha Rodrigues	500	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
António Jorge Roldão Bernardo Mestre	260	x		25/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Cláudia Cristina Lopes Marques	550	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Kaplin Marques Santos	500		x	29/04/2016	31/08/2016	1.º	167
Liliana Leitão Bernardo	500		x	18/04/2016	31/08/2016	1.º	167
Maria Dulce Dias Gaspar Monteiro	110	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Maria Helena Monteiro Carrilho Nicolau	910	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Mário André Lopes Barroco	*	x		25/09/2015	31/08/2016	—	151
Paula Cristina Ribeiro Martins Mota	300		x	09/02/2016	08/08/2016	1.º	167
Rui Pedro Soares Pacheco	220		x	27/10/2015	19/07/2016	1.º	167
Sandra Cristina Pinto Condeço Baptista	910	x		17/02/2016	31/08/2016	1.º	167
Sandra Isabel Gomes dos Santos	110		x	02/11/2015	01/12/2015	1.º	167
Saudade do Carmo do Pereiro Correia	110	x		30/11/2015	31/08/2016	1.º	167
Susana Margarida Garcia Cabral Pereira	200	x		01/09/2015	31/08/2016	1.º	167
Virgílio Ventura Cardoso	500		x	01/09/2015	08/03/2016	1.º	167

* Terapeuta da Fala.

24 de março de 2017. — O Diretor, *João José Cabral Viveiro*.

310378647

Aviso n.º 4128/2017

Quadro de Zona Pedagógica — Mobilidade Interna

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho — Lei Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas — torna-se público que em resultado de procedimento concursal

previsto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio, retificado pela Declaração de Retificação, n.º 36/2014, de 22 de julho, a docente Paula Isabel Matias do Nascimento Mendes ingressou no Quadro de Zona Pedagógica 3 (Código 003), sendo colocada, por mobilidade interna, para o exercício das suas funções docentes para o ano letivo 2016/2017 no Agrupamento de Escolas Dr. Guilherme Correia de Carvalho, Seia,